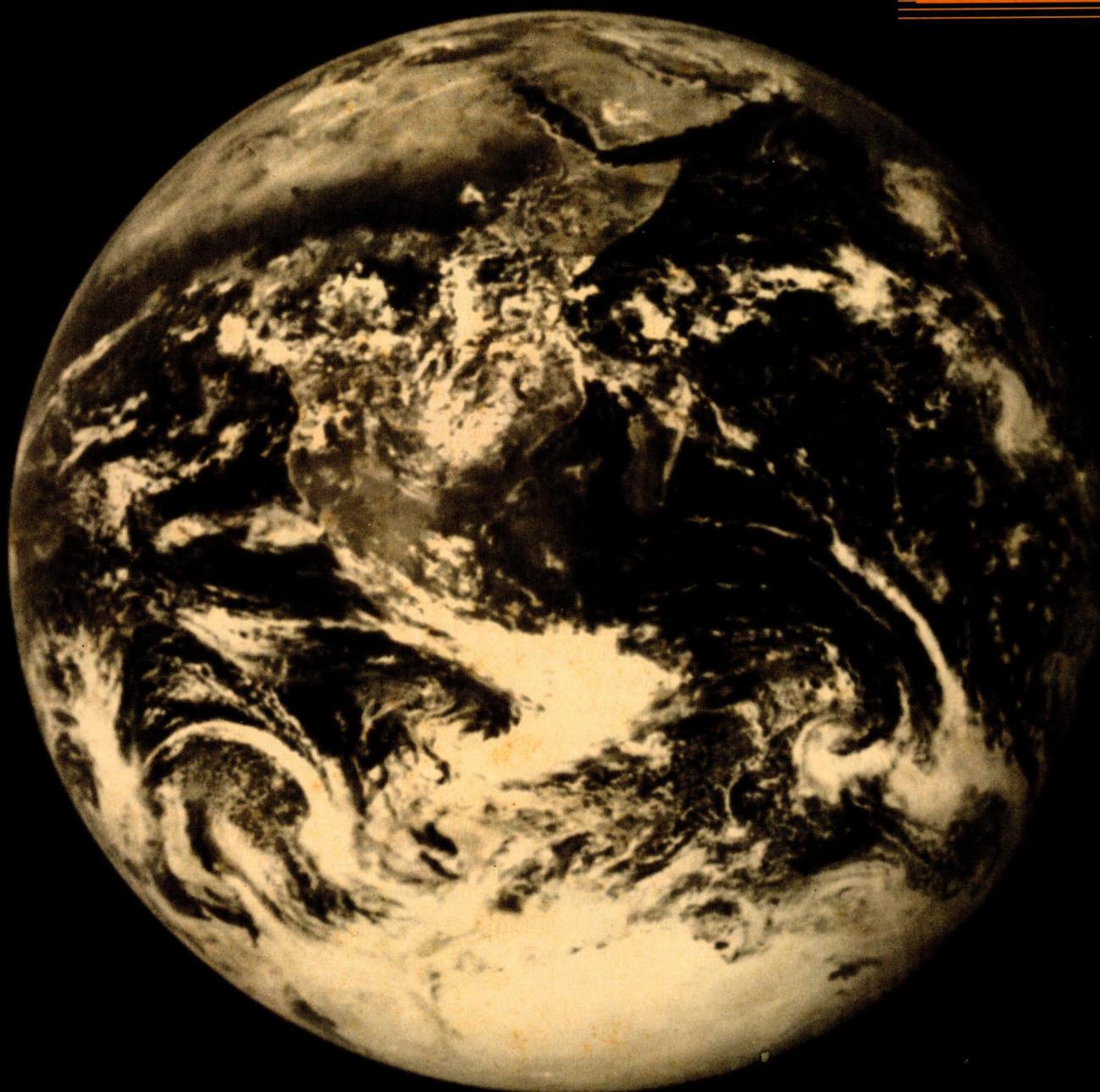


PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Nº 16 - ANO 3 - MARÇO DE 1996



ISO 14.000: O
MUNDO ENTRA
NA ERA DA
EXCELÊNCIA
AMBIENTAL



ACRE, PARAÍSO
DOS LATIFÚNDIOS
GRILADOS

BARRAGENS: O
VALE DO RIBEIRA
FAZ ÁGUA

SANTILLI:
"PORQUE DEIXEI
A FUNAI"

O RETORNO
DO PROJETO
CALHA NORTE

- 2 ONGs vigiam indústria do petróleo
Cartas
- 3 Cidade baiana se une para preservar ararinha azul
- 4 ISO 14.000: passe livre para os mercados externos
- 5 Um consumidor ainda verde
- 6 Alta Costura
Aberta a temporada de caça ao mogno
- 7 Certificação: madeira com bons antecedentes
- 8 Santilli sai da Funai
- 9 Calha Norte, a missão
Coluna Ponto Doc
- 10 A energia ilusória do Vale do Ribeira
- 11 Latifúndios grilados florescem no Acre
- 12 Verger, o mais negro dos fotógrafos
Agenda

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto.

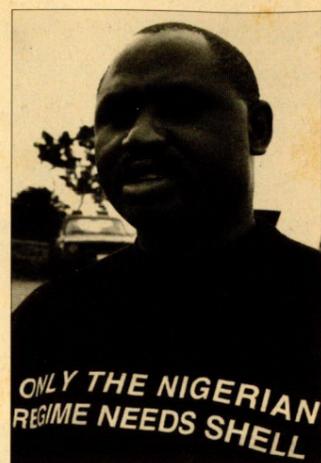
REDE OILWATCH DISCUTE IMPACTO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

A rede Oilwatch, criada no dia 27 de fevereiro, em Quito, no Equador, pretende apoiar iniciativas locais contra o impacto negativo de explorações de gás natural e petróleo, conscientizar e propor soluções. Ela congrega ONGs do Congo, Nigéria, Sri Lanka, Indonésia, Tailândia, Peru e Brasil, dentre outros. Uma das bandeiras prioritárias da rede é a reivindicação de que as indústrias petrolíferas adotem nos países em desenvolvimento o mesmo grau de responsabilidade e as mesmas tecnologias de controle da poluição que empregam na Europa e na América do Norte.

Durante o encontro, as atenções foram monopolizadas pelo nigeriano Lazarus Tamana, da minoria Ogoni, grupo que tem movido campanhas contra a ação das multinacionais do petróleo em seu país. Tamana denunciou o governo

da Nigéria, que detém 19 Ogonis, acusados de terem participado do mesmo assassinato usado como desculpa para condenar à morte o líder Ken Saro-Wiwa e outros oito companheiros em novembro passado. Presos em celas superlotadas e dormindo no chão, os Ogonis têm de pagar por sua comida e têm direito a apenas uma visita mensal. Um dos prisioneiros, diabético, morreu na cadeia, em agosto, por falta de cuidados adequados.

Por trás da condenação dos líderes Ogoni está o movimento que o grupo lidera contra as atividades da Shell no delta do rio Níger e nos banhados da costa nigeriana. A região, que inclui florestas tropicais e mangues, concentra intensa atividade industrial e uma população de 6 milhões de pessoas. Cerca de 500 mil Ogonis disputam a área com a indústria petrolífera, uma das



Lazarus Tamana, líder Ogoni

causas da extrema tensão na região. A Shell opera no delta do Níger desde 1958. Segundo um relatório da Greenpeace International, a exploração de petróleo na Nigéria é responsável por 40% da produção da Shell e por cerca de 80% do orçamento do governo.

CARLOS ALBERTO RICARDO



CARTAS



AMBIENTALISTAS NO PODER 1

Não obstante seus indiscutíveis conhecimentos, assim como sua importante contribuição à Política de Desenvolvimento Sustentável, praticada pelo atual governo do Amapá, a secretária do Planejamento Mary Allegretti comete um inusitado equívoco ao citar a introdução da castanha na merenda escolar como medida administrativa de sua autoria, na medida em que esse mecanismo foi introduzido em época muito anterior à sua gestão. Tudo começou em 1986, quando o atual governador, João Alberto Capiberibe, assumiu a Secretaria de Agricultura do Amapá. Naquela época, as regiões do Cajari e Jari enfrentavam uma insólita contradição: ricas na produção de castanha, eram economicamente as mais pobres de todo o Estado. Ali, o produto era entregue ainda "em folha" aos atravessadores, que impunham aos produtores a relação comercial primitiva e extremamente injusta do escambo. Para corrigir essa distorção social, Capiberibe procurou incentivar os castanheiros a vender sua produção diretamente ao consumidor. Essa iniciativa viria a se tornar, mais tarde, o embrião de um programa que iniciou a introdução da castanha na merenda escolar - primeiro na capital, em 1988, quando Capiberibe passou a exercer a prefeitura do Município de Macapá, e posteriormente em todo o Estado, quando eleito governador, em 1995.

José Maria Botelho, secretário de Agricultura do Estado do Amapá, e Carlos Nilson dos Santos, secretário de Educação da Prefeitura de Macapá



AMBIENTALISTAS NO PODER 2

Estamos lendo a merecida homenagem que *Parabólicas* presta aos grandes ambientalistas Fábio Feldmann e Mary Allegretti, à qual nos associamos. Parece-nos que seria uma boa sugestão vocês procurarem saber o que fazem, anonimamente e sem maiores recursos, ambientalistas perdidos por esses cafundós, muitas vezes hostilizados por proprietários rurais inconformados com o patrulhamento que lhes é feito pelas ONGs atuantes no interior do País. Nós, por exemplo, estamos processando quatrocentos proprietários rurais do Nordeste do Paraná, para levá-los ao reflorestamento compulsório das margens de rios e à formação de uma reserva de matas em suas propriedades, tendo em vista que a região entrou em processo de pré-desertificação que só o plantio maciço de árvores no imóvel rural pode conter. Nós, os anônimos, merecemos ser lembrados.

Alberto Contar, presidente da Adeam - Associação Brasileira de Defesa Ambiental, Maringá, PR

ESCREVA PARA O
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS
AV. HIGIENÓPOLIS, 901
CEP 01238-001
SÃO PAULO - SP - BRASIL

CIDADE SE UNE PARA SALVAR AVE EM EXTINÇÃO

MARLEINE COHEN

"A esperança em Curaçá não é verde. É azul."

O lema, do vaqueiro Zé do Roque, de Curaçá, no sertão da Bahia, retrata a união da comunidade do pequeno povoado às margens do médio Rio São Francisco em torno da salvação da ararinha-azul, espécie de ave em extinção que vive na caatinga. De caraipeira em caraipeira, um único exemplar do pequeno pássaro de apenas 400 gramas, 30 centímetros e plumagem azul-cinza sobrevive, solitário, em liberdade. Com seu longo canto, procura atrair uma companheira, nas árvores ribeirinhas onde costumam fazer ninhos, mas as outras 37 ararinhas-azuis existentes no mundo estão em cativeiro.

A cada vez que abre suas asas, Severino, como foi apelidado pela população de Curaçá, desenha no céu a simbiose que Deus lhe deu com a Natureza. Para viver, o pássaro de sangue azul precisa do verde das matas ciliares que pontilham no município, cravado na região semi-árida do norte do Estado da Bahia, ao longo do riacho da Melancia. Ocorre que o habitat já devastado da *Cyanopsitta spixii* está sendo destruído também pelos bodes dos sertanejos. Daí a necessidade de atrair a ajuda de toda Curaçá.

Para tentar evitar a extinção da ave, o Ibama criou, em 1990, o Comitê Permanente para Recuperação da Ararinha-Azul, que congrega representantes da comunidade científica, do próprio órgão e criadores internacionais. À frente do projeto de campo está o biólogo catarinense Marcos Da-Ré, que desde 1991 vive num quarto de pensão da cidade, de cerca de 10 mil habitantes, e implantou um projeto arrojado de mobilização popular: o Comunidade de Conservação.

A idéia é audaciosa. Tanto na cidade, onde o mercado municipal dita o ritmo do desenvolvimento urbano, quanto no campo, onde a maior atividade é das lavadeiras junto aos rios, Da-Ré quer sensibilizar a comunidade, já carente, sobre a necessidade de se criar uma reserva ambiental no habitat da ararinha-azul e, assim, substituir a proteção legal pela vigilância espontânea.

O biólogo já conseguiu parte dos seus objetivos: os sertanejos descobriram que a proteção ambiental também pode resultar em melhoria das suas próprias condições de vida. Por isso, têm investido nos "cercados", tradicional técnica de manejo do gado que também reserva espaço ao crescimento da caraipeira, árvore para a qual a ararinha-azul sempre volta.

Isso não é tudo. Ao todo, são dezenas de subprojetos financiados pela Fundação Loro Park, das Ilhas Canárias, responsável por 80% dos recursos alocados, e pelo Ibama, a WWF, a Fundação O Boticário, a Ashoka, o Instituto Herbert Lévy e a Secretaria de Agricultura da Bahia. Até o ano passado, estimava-se ser necessária uma verba de US\$ 150 mil, dos quais R\$ 60 mil para acabar as obras de restauração do teatro municipal.

Entre os subprojetos figuram a criação de um Núcleo de Cultura Ambiental, no centenário Teatro Raul Coelho, outrora espelho da efervescência cultural da cidade, em plena caatinga, a restauração das suas dependências, a observação diária da ave rara e a arrecadação anual de mantimentos para a população de Curaçá, a partir da campanha "Ajude a salvar a ararinha matando a fome de quem a protege". Previu-se também a criação de um consórcio de empresas interessadas em colaborar no Projeto Ararinha-Azul e a paulatina reintrodução, na Natureza, de uma fêmea criada em cativeiro e apta a procriar.

São atividades de base que envolvem a população nativa e consistem, basicamente,

em recuperar o amor-próprio dos sertanejos, corroído pela seca, e oferecer-lhes uma nova identidade: a da única cidade no mundo que pode acompanhar a majestade de uma ave rara resgatando seu vôo livre.

O ÚLTIMO VARÃO BAIANO

Ele tem 12 anos, chama-se Severino e é o último macho selvagem de Curaçá, região de caatinga, distante 600 quilômetros de Salvador. Solteiríssimo, Severino é uma ararinha-azul macho que precisa de uma fêmea para se acasalar e, assim, dar mais alento a biólogos e ornitólogos que torcem para que sua espécie - a *Cyanopsitta spixii*, uma das mais ameaçadas do planeta - não seja extinta.

Na falta de uma companheira da mesma espécie, Severino apaixonou-se há tempos por uma prima maracanã, com quem vem vagando no céu azul do sertão baiano, às margens do Rio São Francisco, imprimindo à relação, monogâmica, ares de compromisso.

Mas a mão do homem cutucou o destino do varão baiano. E, em maio último, depois de quatro anos de esforços, uma ararinha-azul fêmea criada em cativeiro, em Recife, foi solta nas matas ciliares de Curaçá, onde vive Severino, com uma missão: atraí-lo para procriar.

Durante um mês, macho e fêmea viveram juntos no sertão, alimentando a esperança da comunidade científica de vê-los gerando filhotes selvagens. O namoro, entretanto, não durou. O casal, que vinha sendo acompanhado de longe pela arara maracanã, acabou distanciando-se em 15 de junho e, desde então, a fêmea azul nunca mais foi vista.

Com a ajuda da população local, os cientistas estão procurando por ela. E não desanimaram: talvez as aves não tenham tentado a reprodução porque a fêmea ainda está fraca, viveu muito tempo em cativeiro. Nesse meio-tempo, estudam-se as alternativas que ainda restam para selar a união dos dois. Cogita-se, numa próxima aproximação, afastar a arara-maracanã. Há ainda a possibilidade de se colocar ovos de ararinha-azul de cativeiro no ninho da maracanã.

Todo esforço é pouco. Afinal, Severino é o último sobrevivente azul de sangue realmente nobre: carrega em seu vôo a memória biológica da espécie e é o único que ainda realmente conhece os segredos da vida em liberdade. Para sobreviver ao clima semi-árido do sertão, desenvolveu hábitos perfeitamente sintonizados com a natureza e a vegetação das matas ciliares, caracterizada pela presença constante de caraipeiras, espécie de ipê-amarelo que supre em grande parte a alimentação da ave com uma vagem. Frutos da baraúna, do pinhão e da faveleira completam a dieta.

Os cientistas acreditam que a simbiose da espécie com o habitat é responsável pela ameaça de extinção que caracteriza a ararinha-azul. A ave

já era considerada rara quando foi descoberta pela ciência, em 1819, pelo naturalista bávaro Johan Baptist von Spix. Por outro lado, desde a colonização do Brasil, as matas ciliares da bacia do Rio São Francisco vêm sendo devastadas. Resultado: a população de *Cyanopsitta spixii* caiu sensivelmente. O tráfico de animais silvestres também contribuiu, a ponto de o Ibama ter anunciado, em 1990, o desaparecimento da espécie. Atualmente, contam-se apenas 37 indivíduos em todo o mundo. Severino é o único a voar em liberdade.



Educação ambiental na escola: uma das medidas criadas em Curaçá

A certificação ambiental ganha força como bônus na conquista de mercados

Os mercados internacionais estão cada vez mais fechados e a chave que pode ajudar a abri-los aos produtos brasileiros se chama certificação ambiental. ISO 14.000, certificação de produtos florestais e selos verdes são apenas alguns dos recursos disponíveis para quem quer conquistar o mercado consumidor com uma imagem de amante da natureza. Pesquisa recente da consultoria Price Waterhouse indica que 43,1% das 500 maiores indústrias do País pretendem obter o certificado ISO 14.000, que estabelece normas técnicas internacionais que disciplinam a relação das empresas com o meio ambiente. Ele vem no rastro da ISO 9.000, o mundialmente conhecido certificado de excelência gerencial e de qualidade que, em poucos anos, alastrou-se entre as empresas bem-pensantes.

Evidentemente, os certificados ambientais não são a panacéia para os males do planeta. Se a auditoria for mal feita e se os critérios forem relaxados, a ISO 14.000 e outros certificados não passarão de documentos de fachada. Há quem diga inclusive que a ISO 14.000 é bem mais relaxada que a BS 7.750, espécie de certificado precursor, adotado na Holanda e na Inglaterra. Para que a ISO 14.000 fosse aprovada por um grande número de países, seu texto teve de se curvar às exigências americanas, menos restritivas que as normas européias. "Uma das fragilidades da certificação está no fato de que ela tem promovido muito poucas melhorias nas empresas", diz Virgílio Viana, presidente do Imafloa (vide página 7). "Isto não é nada encorajador".

O Rio sediará, na última semana de junho, uma reunião da comissão técnica da International Organization for Standardization (ISO), a federação não-governamental dos órgãos nacionais de normalização, criada em 1947, em Genebra. Durante a plenária, que contará com 600 especialistas de 80 países, deverão ser aprovadas as cinco primeiras normas da série: ISO 14.001 e 14.004, sobre gestão ambiental, e ISO 14.010, 14.011 e 14.012, sobre auditorias ambientais. Os órgãos certificadores nacionais e estrangeiros poderão começar, então, a conceder o certificado às empresas que atenderem às exigências da norma. Até lá, o Inmetro, órgão governamental, deverá definir quem estará habilitado a realizar a auditoria

ambiental e a conceder o certificado no território nacional. Já não é sem tempo: há casos de indústrias que, para exportar para a Europa, têm de se submeter a duas ou três auditorias por ano, o que acaba encarecendo o processo e restringindo mercados.

Algumas poucas empresas brasileiras, como a Bahia Sul Celulose e a Central de Tratamento de Efluentes do Pólo de Camaçari (Cetrel), na Bahia, obtiveram o aval da BS 7.750. A Bahia Sul também foi a primeira empresa das Américas a obter o *draft* do certificado ISO 14.000, ou seja, o esboço do documento que será ratificado em junho. "Para nós, gerir melhor nossos processos é ainda mais importante do que conquistar novos mercados", explica Jorge Cajazeira, coordenador de Garantia de Qualidade da empresa. "Um exemplo: nós conseguimos economizar US\$ 500 mil no ano passado, graças à redução de 5% no consumo de água." Cajazeira afirma que os mercados estrangeiros nem são assim tão rigorosos como se diz. "Os alemães são exigentes, mas os japoneses não estão lá muito preocupados com a procedência do produto", diz.

Mesmo mercados mais exigentes podem rebelar-se quando um produto com bons antecedentes ambientais fica muito caro. Jairo Cantarelli, gerente da Divisão de Madeiras da Faber-Castell, cuja fábrica de São Carlos, no Interior de São Paulo, produz um bilhão de lápis por ano, reclama que um produto fabricado com madeira certificada pode dobrar de preço. "Ele fica com níveis de preço superiores aos internacionais, inviabilizando-o comercialmente".

Enquanto a ISO 14.000 não vem, vale lembrar que a ABNT já deu a ISO 9.000 a 898 empresas. Ainda segundo a pesquisa da Price Waterhouse, quase 80% do setor minerador, e 68% das indústrias química e petroquímica pretendem conseguir certificação ambiental. Petrobrás e Vale do Rio Doce já contrataram auditores para implantar seus sistemas de gestão ambiental de acordo com a ISO. A pesquisa indica também que 69,1% das empresas consideram uma adequada gestão ambiental como uma vantagem competitiva importante. Entretanto, apenas 15,8% apresentam um sistema de gestão do meio ambiente.

SELO VERDE, A MARCA DA QUALIDADE

A ISO 14.000 está para as empresas assim como o selo verde está para os produtos. "Conseguir a ISO significa, para uma empresa, ganhar credibilidade frente a seus acionistas, o governo e os agentes financiadores", explica Frederico Marques Cabral, supervisor do projeto Selo Verde da ABNT. "Já o selo credencia o produto frente ao mercado consumidor." Outra diferença é que, enquanto a ISO busca unificar suas normas internacionalmente, os selos verdes são exclusivamente nacionais. Para que um selo brasileiro seja reconhecido na França, por exemplo, é necessário um acordo bilateral entre os dois países. A ABNT está lançando seu selo verde, representado por um beija-flor sobre um globo terrestre.

Mais de 20 países já têm rotulagem ambiental, sendo que a Alemanha já tem 3.600 produtos com selo verde. A certificação de um produto depende da avaliação do consumo de matérias-primas e de energia, o processo de fabricação e de distribuição, o uso que se faz do produto, e a sua eliminação ao fim da vida útil. Na Alemanha, o setor que saiu na frente na caça aos selos verdes foi o de produtos de limpeza, enquanto na Dinamarca foram os fabricantes de papel e na França os de vernizes e pintura. José Luiz Tejera, dirigente da Associação Espanhola de

Normatização e Certificação, conta que os fabricantes de tinta do seu país foram quase obrigados a adotar o selo verde, devido à pressão exercida pelos produtos vindos da França e da Alemanha, que começaram a ganhar terreno junto aos espanhóis ecologicamente conscientes. No Brasil, o primeiro setor a envolver-se como um todo com a adoção de um selo verde e a criar um comitê para estabelecer critérios específicos foi a indústria de couro e calçados. O País exporta 180 milhões de pares de sapatos por ano e essa demanda do Exterior é responsável pela pressão sobre os empresários.

"É fundamental que este tipo de comitê tenha representantes de vários setores da sociedade", explica Frederico Cabral, "pois se fosse composto só por empresários, seria benevolente demais; se fosse só de ONGs, ao contrário, rígido demais; e se fosse composto só por cientistas, seriam necessários tantos testes e verificações que a certificação ficaria economicamente inviável". Mas a iniciativa também tem seus detratores. "Por serem nacionais, os selos podem ser tendenciosos, favorecendo os critérios do país de origem", diz Jorge Cajazeira, da Bahia Sul Celulose. "Por isso mesmo, não devem ter a mesma repercussão que a ISO 14.000." (R.S.)

Historicamente, a proteção do meio ambiente trilhou dois caminhos que de alguma forma se relacionam: por um lado, a chamada conservação do verde e da fauna, que teve por apelo inicial uma certa aversão ao desenvolvimento; e, por outro, um controle da chamada poluição industrial em suas diversas formas, mas todas, no fundo, com a idéia de um Estado fiscalizador da gestão ambiental interna das empresas. O que existe de comum entre estas duas formas de atuar é não levar em conta a existência de um terceiro ato social que não o empreendedor, seja verde, seja cinza, e o Estado: o consumidor. Este nível de degradação a que se chegou não teve outra finalidade senão transformar em capital econômico os recursos naturais, tudo para atender "necessidades" de consumo da população. O mundo contemporâneo é o mundo do consumo. Vivemos hoje em uma grande sociedade de massas onde o que impera é a produção em série e a distribuição em massa de produtos e serviços. Tudo gira em torno desta finalidade. As agressões ao meio ambiente acabam ocorrendo em razão desta realidade e o movimento de defesa do meio ambiente não atentou para este fato. Nem os consumidores. Estes, em geral, acabam percebendo a natureza apenas como uma série de objetos a serem consumidos, ou seja, destruídos, não relacionando seu ato de consumir com as conseqüências que tal ato causa ao meio ambiente.

Repensar esta sociedade de uma forma realística é absolutamente imprescindível e buscar novas formas de defender o meio ambiente também. Trata-se, pois, de contextualizar o consumo de produtos: repensar a produção a partir dos efeitos que os produtos e seus processos de fabricação causam ao meio ambiente; contextualizar o consumo de produtos; discutir as reais necessidades dos consumidores e as informações distorcidas que criam necessidades nem sempre tão essenciais; questionar a produção de resíduos e o desperdício que a cerca; e, sobretudo, analisar o papel que os consumidores podem ter para mudar o atual paradigma de degradação. Nesta nova contextualização sempre será importante pensar o ciclo completo de vida dos produtos — da matéria-prima, passando pela produção até o uso e o descarte (redução, reutilização, reciclagem).

Surge então a absoluta necessidade de buscar maneiras de inserir o consumidor, enquanto tal, como ator no processo de proteção ambiental. O consumidor não tem noção de sua força enquanto agente transformador desta realidade. Porém, um consumidor responsável poderá usar as próprias leis do mercado no sentido de amenizar o impacto ambiental dos produtos e processos de produção. Ao lado do empreendedor e do Estado, existe a possibilidade de surgir a figura do consumidor "verde". Exemplos concretos já podem ser dados: a Shell recentemente pretendia afundar nas águas do Atlântico Norte uma plataforma petrolífera em desuso. Após uma enorme pressão social, inclusive com boicote aos postos de combustível da Shell, a empresa teve que mudar sua decisão, destruindo sua plataforma em terra, com o objetivo de evitar a contaminação do oceano e, principalmente, de não

"sujar" seu próprio nome diante dos consumidores. A questão que fica é: o que fazer para que o consumidor seja um ator efetivo para a mudança dos atuais padrões de produção e consumo?

COMPRAS, MEIO DE PRESSÃO

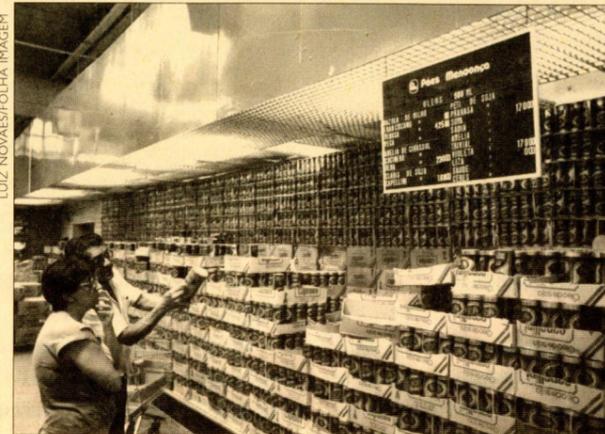
A alternativa que mais salta aos olhos é a necessidade de informar o consumidor de que seu simples ato de compra pode ser definidor na depredação ou preservação do meio ambiente. O capítulo 4 da Agenda 21 é claro a este respeito, quando preconiza que posto que "os Governos e as organizações do setor privado devem promover atitudes mais positivas em relação ao consumo sustentável por meio da educação, de programas de esclarecimento do público e outros meios, como publicidade positiva de produtos e serviços que utilizem tecnologias ambientalmente saudáveis ou estímulo a padrões sustentáveis de produção e consumo."

Não só o movimento ambientalista se apercebeu destas questões, também o próprio movimento de defesa dos consumidores começou a despertar para o tema quando, por exemplo, a Consumers International — entidade não-governamental que tem status de órgão consultivo da ONU e que congrega entidades de países que atuam na defesa dos consumidores em

mais de 80 países — apelou, em sua Assembléia Geral no Congresso Mundial ocorrido em Hong Kong, em 1992, que "aos consumidores para que considerem o valor intrínseco da diversidade da natureza, e protejam, promovam, apóiem estilos de vida que valorizem tanto a diversidade cultural, quanto os desejos moderados baseados em princípios ecologicamente sustentáveis de crescimento e desenvolvimento". A entidade também pede às organizações de consumidores para incrementar a cooperação no campo das metodologias e critérios para avaliação ecológica de produtos e serviços, visando promover apropriados programas de rotulagem ambiental (*eco-labelling*).

O movimento ambientalista e o movimento de defesa dos consumidores começam a convergir para a idéia da possibilidade de um consumo sustentável, ou seja, a possibilidade de compatibilizar a idéia de preservação do meio ambiente com as necessidades de desenvolvimento econômico para o bem-estar da sociedade contemporânea. É neste contexto que surge a atualíssima discussão da ISO 14.000, da certificação ambiental e do selo verde. A questão a ser respondida é se estas iniciativas têm como finalidade real defender o meio ambiente e a possibilidade de mudança dos atuais padrões de consumo em busca do consumo sustentável, ou se trata de levantar barreiras não alfandegárias e apelos de marketing para mais uma vez excluir a sociedade civil, dentro dela os consumidores, do papel de ator definidor de sua história.

Marcelo Sodré é procurador do Estado e coordenador do programa Consumidor/Meio Ambiente da SMA-SP



Consumo: elemento de pressão ambiental

• **Doce ilusão** - Há exatos três anos - em 15 de fevereiro de 1993 - fugiam da prisão os fazendeiros Darly e Darci Alves Pereira, condenados a 19 anos de reclusão pela morte do líder seringueiro Chico Mendes. A polícia não destacou nenhum grupo especial para procurá-los, segundo apurou o jornalista Altino Machado, apesar dos sucessivos relatos de pessoas que os viram no Paraguai, em São Paulo e nas imediações de Xapuri. Mas resta uma esperança: "Se forem encontrados na estrada, durante uma barreira, não hesitaremos em prendê-los", prometeu Ildor Reni Graebner, superintendente da PF do Acre.

• **Três Orós** - O presidente FHC declarou no início do ano que os açudes do Nordeste são "uma preocupação obsessiva" sua, e que o açude do Castanhão, três vezes maior que o de Orós, será concluído antes do final da sua gestão. Para quem não lembra, o governador cearense, Tasso Jereissati, chegou a acusar as ONGs de fazer uma "denúncia anti-patriótica", ao tentar impedir o Banco Mundial de liberar recursos para o projeto. Os ambientalistas condenam a remoção de 7.000 famílias da região de Jaguaribara e a submersão de parte de quatro municípios.

• **Pátria atômica** - O governo federal promete injetar os US\$ 1,22 bilhão que faltam para a conclusão da usina de Angra 2. Ela deverá ser inaugurada em junho de 1999, com dez anos de atraso e um gasto duas vezes maior que o previsto. Se não bastasse, o chanceler Luiz Felipe Lampréia e o secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, assinaram um acordo de cooperação nuclear, e o ministro de Defesa argentino, Oscar Camillion, declarou que seu governo mantém conversas confidenciais com o Palácio do Planalto sobre o tema. Jacques Chirac faz escola.

• **Casa verde** - A cidade de Austin, no Texas (EUA) será a primeira a ter uma casa construída com material reciclado. A um custo de US\$ 250 mil, foram construídas paredes de terra recuperada, painéis de palha, isopor e aço reciclado. O teto de aço fornecerá sombra e recolhê-la a água da chuva. Painéis fotovoltaicos gerarão eletricidade e o esgoto e a água consumida na cozinha serão tratados naturalmente, filtrados por plantas e seixos.

• **Amazonas-Caribe** - O governo amazonense vai liberar R\$ 44,8 milhões para a conclusão dos 750 km da BR-174, que liga a Amazônia ao Caribe e pretende promover o escoamento da produção da Zona Franca de Manaus. Dentre as construtoras que ganharam a concorrência da obra está a Marmud Cameli, que pertence ao governador do Acre, Orleir Cameli.

• **Fênix** - Você se lembra de José Lutzenberger, secretário nacional de Meio Ambiente (cargo equivalente ao de ministro) do governo Collor? Ele acaba de aceitar convite do governador Amazonino Mendes - que gostava de brindar seus eleitores com motosserras - para assumir a pasta ambiental do Estado do Amazonas.

• **Última chamada** - Acaba no dia 8 de abril o prazo para a escolha das ONGs que participarão do conselho gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, que gere todos os recursos levantados em ações civis públicas para reparar danos ambientais.

• **Gosto discutível** - O juiz federal Valisney Oliveira conseguiu proibir a venda do disco Mucuxi Esperto, da banda Pipoquinha de Normandia, de Boa Vista (RR), lançada no início de fevereiro. Uma das músicas incluídas, "Área Contínua, não", traz preciosidades como o refrão "Área contínua, não! O índio tá querendo! É ser nosso patrão" ou os versos "Roubar gado, tocar fogo em ponte! Pro índio é uma diversão." Politicamente incorreto é apelido.

• **Prêmio de consolação** - O deputado federal Gilney Viana (PT/MT) é o novo presidente da Comissão de Defesa do Consumidor Meio Ambiente e Minorias do Congresso Nacional, passando a perna nos favoritos Celso Russomano (PSDB) e Luciano Pizzatto (PFL). Dada a sua reduzida bancada, o PT não conseguiu manter a Comissão de Agricultura, e também não conquistou seu sonho dourado, a Comissão de Trabalho. Mantém-se na Comissão de Direitos Humanos. Sorte de índios e ambientalistas.

• **Acre-Peru** - O Ministério dos Transportes do Peru deu sinal verde para a construção de uma ferrovia entre o Acre e a cidade peruana de Quilabamba, ligada ao porto de Mollendo, no Pacífico, por uma estrada de 650 km. O projeto está orçado em US\$ 1 bilhão.

PREDAÇÃO ILEGAL DO MOGNO CONTINUA: ALGUÉM DUVIDA?

ISABELLE VIDAL GIANNINI

No passado, o mogno foi extinto em todo o Vale do Tocantins. Em anos mais recentes, a espécie foi desaparecendo progressivamente da margem direita do rio Xingu. Agora, sua exploração já se concentra na margem esquerda do mesmo rio. Este modelo levou, no sul do Brasil, à extinção do pau-brasil e de florestas como um todo. Ele é o fruto de uma mentalidade de extração colonialista, enraizada há séculos na indústria madeireira. Séculos passaram e absolutamente nada a detém. As madeiras do Pará continuam avançando, saqueando as florestas para retirar uma árvore nobre, o filé-mignon do mercado madeireiro, o mogno. A impunidade reina e nem decisões judiciais que interdita a exploração ilegal e predatória em Áreas Indígenas são respeitadas, como ocorre nas áreas Kayapó, Xikrin do Cateté e Araweté/Apiterewa/Trincheira Bacajá. No dia 12 de dezembro, por exemplo, a Polícia Federal e funcionários da Funai em Marabá flagraram a exploração predatória, apreendendo maquinários e toras de madeira da serraria Parawood, de Tucumã, em plena área Xikrin do Cateté.

Em 1995, os jornalistas independentes Stuart John Tanner e Richard John Hering passaram oito meses na região de Tucumã, com a finalidade de realizar um documentário sobre a exploração ilegal de madeira em terras indígenas, para a rede inglesa Channel Four Television. Conseguiram um furo e tanto: comprovar com documentação audiovisual que o mogno de Áreas Indígenas, explorado ilegalmente, é exportado. Os jornalistas gravaram e filmaram tudo o que viram e ouviram, e utilizaram este material como prova de uma denúncia apresentada à Superintendência do Ibama em Belém, em dezembro passado.

Na denúncia, os jornalistas descrevem desde a extração das toras na área Xikrin do Cateté até a sua venda para a Nordisk Timber, empresa dinamarquesa de exportação de madeira. Eles acompanharam a entrada dos toreiros na área indígena, a derrubada das árvores, seu transporte e venda para a madeireira Madital, instalada em Tucumã, onde as toras foram serradas e classificadas para exportação. Tanner marcou as tábuas com uma tinta especial, que só pode ser identificada com a ajuda de uma lanterna ultra-violeta.

Os jornalistas partiram para Belém no mesmo caminho que transportava as tábuas marcadas. Durante a viagem, conseguem filmar o documento apresentado à fiscalização, que indicava a Nordisk como compradora da madeira. Ao chegar a Belém, o mogno foi entregue à empresa dinamarquesa.

Começa, então, a maratona. Tanner e Hering acompanham um funcionário do Ibama até a empresa e conseguem identificar 15 tábuas marcadas por eles. O fiscal diz que não pode fazer nada. No dia seguinte, o funcionário do Ibama retorna à empresa, desta vez sem os jornalistas. Ironicamente, a empresa não permitiu a entrada dos denunciadores. As provas não foram encontradas. Estavam na estufa, que não podia ser aberta.

A Procuradoria do Ibama em Belém garante que funcionários do órgão têm sim o direito de abrir estufas de secagem de madeira, já que havia provas. Além disso, reuniões com gerentes de empresas são irregulares e os denunciadores têm o direito de acompanhar os funcionários do órgão oficial na vistoria da empresa. Já o superintendente do órgão em Belém contrargumentou que era necessário, para se realizar uma ação na empresa, uma autorização da Procuradoria-Geral de Brasília ou do presidente do Ibama.

Se isso não bastasse, convocados para maiores depoimentos no Ibama, os dois jornalistas foram recepcionados pela Polícia Federal, que teria recebido denúncia de funcionários da casa de que lá encontrariam estrangeiros em situação ilegal no País. Se não fosse pela intervenção do consulado britânico, Tanner e Hering poderiam ter sido extraditados, já que seus vistos, expirados, estavam em vias de ser renovados.

Em resumo: a história terminou em pizza. Mas alguém ainda duvida de que a madeira comercializada e exportada era ilegal?

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VIA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL

VIRGILIO VIANA E TASSO DE AZEVEDO

A certificação socioambiental é uma realidade sobre a qual a grande maioria das pessoas já se familiarizou de uma forma ou de outra. Nos Estados Unidos e no Canadá, onde se acreditava não haver mercado para produtos certificados, está ocorrendo uma verdadeira revolução. Depois que a Home Depot, o maior centro de vendas de artigos para o lar, anunciou que não consumiria mais produtos com madeira não certificada, outros grandes consumidores acenaram com compromissos semelhantes. Na Inglaterra, 54 empresas, que movimentam US\$ 11 bilhões anuais com o comércio de produtos florestais, comprometeram-se a só comprar madeira com origem conhecida e a exigir paulatinamente a certificação da FSC (Forest Stewardship Council), uma associação internacional independente com mandato de avaliar e credenciar certificadores.

Entre nós, ainda existe uma enorme desinformação e uma carência de reflexões a respeito, embora várias empresas voltadas para a exportação já estejam se preparando para certificar-se. A questão é: como a certificação socioambiental pode contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável em países tropicais como o Brasil?

Em primeiro lugar, cabe diferenciar a ISO 14.000 certificação FSC. Basicamente, há duas diferenças. ISO 14.000 certifica que uma empresa tem seus processos normatizados quanto à questão ambiental. Um exemplo grosseiro seria uma indústria química que des-



O Brasil produz 269 milhões de m³ de madeira por ano.

peja parte de seus efluentes em um rio. A empresa define em suas normas que entre 325,34 e 322,87 litros de produtos tóxicos são jogados diariamente no rio. Ou seja, ela não despeja nem mais, nem menos. Este tipo de controle de processo é o centro de preocupação da ISO. Ela não exige um determinado padrão mínimo, como acontece com a FSC. Um segundo ponto de diferenciação são as questões sociais, que não estão incorporadas no processo da ISO 14.000 e têm forte peso na certificação socioambiental pela FSC.

Os dois tipos de certificação devem ser exigidos por diferentes públicos e podem ser complementares, como no caso das indústrias verticalizadas, que deverão certificar tan-

O QUE É O IMAFLORA?

O Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - é uma ONG ambientalista que atua na promoção do bom manejo florestal e agrícola utilizando como uma das principais ferramentas a certificação. Atuando junto à Smart Wood Network - uma rede de certificadores sem fins lucrativos coordenada pela Rainforest Alliance, entidade ambientalista com sede em Nova York -, o Imaflora tem desenvolvido na área de florestas dois grandes trabalhos: o desenvolvimento de padrões regionais para a certificação e o programa de certificação de florestas naturais e plantadas.

O programa de certificação de florestas plantadas iniciou-se após a definição dos critérios do FSC para o bom ma-

nejo florestal de plantações. Já o programa de certificação de florestas naturais está mais desenvolvido. O Imaflora está trabalhando em processos de certificação em várias áreas, com destaque para a produção de caixeta na Mata Atlântica, castanha-do-pará no Acre e produção de madeira no Pará.

O Imaflora vem atuando também como secretaria executiva dos grupos de trabalho para desenvolvimento de padrões para certificação de caixetais na Mata Atlântica e castanha-do-pará e borracha na Amazônia. Foram realizados dois workshops, consulta por carta a 800 pessoas e entidades, testes de campo e reuniões locais, com a participação de ambientalistas, movimentos sociais e empresários. (V.V. e T.A.)

A credibilidade do processo de certificação de um determinado produto é sua principal e mais valiosa característica. Por isso, é fundamental a transparência do processo de elaboração dos princípios, critérios e indicadores e da certificação propriamente dita. Em vários lugares do mundo, os certificadores, especialmente as empresas privadas, podem enfrentar problemas por não envolverem a sociedade civil local no processo de auditoria socioambiental. No Brasil, é importante que a comunidade ambientalista e científica e os movimentos sociais cobrem essa transparência dos certificadores.

Um dos grandes desafios da certificação florestal no Brasil é a operacionalização do FSC, cuja secretaria executiva está sob a responsabilidade da WWF. Não podemos deixar de lado esta oportunidade de participação. Outro desafio é aprofundar este debate para que os diferentes setores envolvidos com a promoção do desenvolvimento sustentável possam contribuir para a definição filosófica do FSC no País e, sobretudo, para utilizar os potenciais benefícios da certificação.

Virgílio Viana é professor da Esalq/USP e presidente do Imaflora e Tasso de Azevedo é diretor executivo do Imaflora

Santilli fala da Funai que deixou

Márcio Santilli deixou a Presidência da Funai no dia 8 de março. Na entrevista a seguir, o filósofo, ex-deputado federal e ex-secretário-executivo do ISA explica as forças que teve de enfrentar, os problemas que encontrou e os motivos de sua saída. Em seu lugar, entra o advogado Julio Gaiger, homem de confiança do ministro Nelson Jobim.

Parabólicas - Presidente da Funai é como juiz de futebol, já entra em campo vaiado. Você esperava um apoio mais explícito da sociedade civil? Eu não tive qualquer cobrança em relação às entidades da sociedade civil. Acho que elas têm o seu próprio programa de trabalho e ele não poderia ser monopolizado pela agenda da Funai.

Parabólicas - Na sua carta de demissão, você minimiza os efeitos do decreto 1.775/96, e diz que não teve apoio do ministro da Justiça para enfrentar a máfia interna contra a reforma administrativa da Funai. Afinal, por que você se demitiu?

Houve um acúmulo de pendências no âmbito do Ministério da Justiça, que incluem a apropriação de parte dos recursos negociados diretamente pela Funai junto ao Tesouro Nacional para outros órgãos do Ministério, as 10 portarias delimitatórias já anunciadas na imprensa que não chegaram a ser publicadas no Diário Oficial e o empenho insuficiente do Ministério na investigação das pessoas que estão mobilizando índios de forma a boicotar a administração da Funai. Não é possível enfrentar com sucesso os problemas internos do órgão sem que o Ministério tenha um empenho direto.

Parabólicas - Qual o perfil dessa máfia e como ela atua?

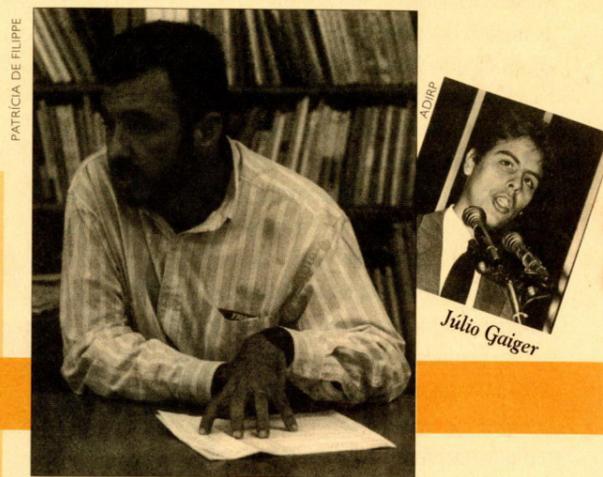
Há um grupo que se vale de seus vínculos com a maçonaria, que domina a área administrativa da Funai. Ele mantém relações de cobrança e chantagem sobre um conjunto de indigenistas importantes, em função de informações que detém sobre a trajetória de cada uma dessas pessoas. Este grupo busca estabelecer um loteamento das funções de confiança e dos recursos disponíveis no orçamento do órgão. Eles procuram impor uma lógica de emergencialismo, impedindo o planejamento de medidas de médio e longo prazo. É uma atuação de bastidores, onde as pessoas não mostram a cara, e se utilizam de lideranças indígenas que foram apodrecidas pela própria ação da Funai e de pessoas de dentro do órgão como um biombo para as suas finalidades inconfessáveis.

Parabólicas - O decreto 1775 estipula um prazo, que vence em 10 de abril, para acolher contestações contra demarcações de terras indígenas. Você saiu antes disso. Você não poderia esperar terminar o processo?

Não, existe este prazo como existem outras datas referenciais. Minha intenção inicial era a de poder acompanhar todo esse processo e promover aquilo que compete à Funai, que é a defesa das identificações já realizadas. Entretanto, não havendo condições para isso, não valia a pena postergar a permanência no cargo.

Parabólicas - Agora que você não é mais governo, qual sua posição em relação ao decreto 1.775 e o ministro Jobim?

A discussão sobre as intenções do ministro ou sobre os resultados desse processo do contraditório retroativo não são os pontos fundamentais. A situação vai ficar absolutamente clara dentro dos prazos de curto prazo do decreto. A ação das ONGs deveria estar referenciada em cima de fatos concretos e não da mera especulação sobre intenções que o tempo vai se encarregar de esclarecer. Eu vejo no presidente da República um objetivo muito claro de consolidar as áreas que estão envolvidas no processo do contraditório



Márcio Santilli

e acho que ele acompanhará o processo de decisão que será tomado no âmbito do ministério da Justiça.

Parabólicas - Que porcentagem do orçamento da Funai vai para o custeio de viagens de lideranças indígenas à Brasília, índios que são funcionários mas não trabalham e sustento de lobistas?

Não há um número preciso a respeito. A demanda colocada pela questão indígena é muito maior do que o recurso efetivamente disponível, mas este é muito mal utilizado, e descredencia a Funai a obter uma participação maior no orçamento. Além disso, há muitos recursos disponíveis nos outros órgãos públicos que têm interface com a questão indígena. É imprescindível que haja uma política de convênios, de relações interinstitucionais, para se poder acessá-los. Quanto ao dinheiro que vaza em cima dessas práticas espúrias que são historicamente praticadas pela Funai, ele contribui para uma falta de credibilidade do órgão, o que agrava o isolamento da instituição.

Parabólicas - Como lidar com as etnias que foram manipuladas ao longo dos últimos 20 anos pela política clientelista da Funai?

Será necessário um esforço de longo prazo para poder superar a cultura que foi incutida em algumas lideranças. São apenas alguns grupos de algumas etnias que estão envolvidos com esse processo de cooptação. Acho que devem ser criados novos paradigmas para que haja condições favoráveis à reversão desse processo de promiscuidade. É importante notar que há também regiões vastíssimas do País onde a ação da Funai é praticamente inexistente. Sorte dos índios que vivem nessas regiões, porque, embora a situação deles não possa ser considerada boa, eles são os que vivem em condições menos precárias. É o caso das etnias que vivem no Rio Negro, em Roraima ou no Alto Solimões.

Parabólicas - Quais as alternativas para o atual modelo da Funai?

A Funai não tem capacidade de formular e muito menos de executar projetos. Ela não tem capacidade de planejamento, não tem como escapar da administração precária do emergencialismo que ela própria gera. Poderia ser implantada uma instituição de fomento a projetos, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, mais adequado ao desenvolvimento de uma idéia como essa.

Parabólicas - Você ainda acha que a Funai é imprescindível?

Não. A Funai é uma morta-viva, que continuará pairando sobre a política indigenista até que haja alternativas consistentes a esse modelo.

ADRIANA RAMOS

Atendendo a reivindicações da Bancada Amazônica do Congresso Nacional e dos setores militares, o governo FHC decidiu revitalizar o Projeto Calha Norte. A iniciativa, que agora reveste o projeto de ambicioso alcance social, ainda não chega a representar ameaça para as comunidades indígenas locais, embora não tenha sido instituído, até o momento, um canal de intercâmbio com as populações envolvidas. O Calha Norte de FHC conta com o aval de parlamentares reconhecidamente contrários à causa indígena — como a senadora Marluce Pinto, integrante da Bancada de Roraima, que propõe a revisão das Áreas Indígenas do Estado, em particular a dos Yanomani, e a não demarcação da Área Raposa Serra do Sol.

Idealizado há dez anos e circunscrito inicialmente às Forças Armadas, o Calha Norte se aplicou a Roraima e às regiões do Norte do Amapá e do Pará, e ao Alto Rio Negro e Alto Solimões, no Amazonas. Ao todo, foram criadas 19 Áreas Indígenas Yanomami, anuladas posteriormente pelo ex-presidente Fernando Collor para demarcação de área contínua. Também instituiu as Áreas Indígenas de Kuripaco, Parí-Cachoeira I, II e III e Içana do Rio Negro, entre outras, e criou 13 Florestas Nacionais e Unidades de Conservação, como o Parque Nacional de Monte Roraima. Este parece ser, portanto, o aspecto mais preocupante: o fato de as demarcações de terras indígenas — um dever de Estado expresso formalmente na Constituição Federal — serem assimiladas a meras obras de um projeto como o Calha Norte.

Para os proponentes, o Calha Norte ainda não esgotou seu potencial. E a retomada do projeto, com novos e mais recursos, trará benefícios para as comunidades locais e para a própria soberania nacional. O caráter social do Calha Norte, reiterado pela instalação de centros e unidades de saúde, pela implantação de sistemas de limpeza urbana e abastecimento de água e escolas agropecuárias,

tem por objetivo melhorar as condições de vida das comunidades que garantem a presença de brasileiros ao longo das áreas de fronteira e, portanto, o domínio nacional sobre a região.

Nos últimos anos, o Calha Norte andou a passos lentos, amargando um orçamento anual estimado em R\$ 5 milhões. Em 1989, chegou a desembolsar R\$ 47 milhões. Concentrado principalmente nas mãos do Exército há uma década, está sendo atualmente coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e prevê, de agora em diante, a integração de outras Pastas no que se refere à elaboração e execução de projetos para a região das calhas dos rios Amazonas e Solimões.

Além de tentar inserir-se na Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, com a colaboração do Ministério do Meio Ambiente, a proposta de fortalecer o Calha Norte leva em conta algumas prioridades definidas pelo governo FHC para a região, como a BR-174 e o Sivam. Por isso, a segunda fase do projeto terá mais ênfase em São Gabriel da Cachoeira, onde está localizado o 5º Batalhão de Infantaria de Selva e onde a primeira fase do projeto já instalou uma Unidade Mista de Saúde, uma creche e a Escola Agropecuária. O Calha Norte parece estar também perfeitamente moldado para atender às prioridades da política externa nacional e promover a integração regional preconizada pelo Tratado de Cooperação Amazônica.

Para os setores militares brasileiros, o Calha Norte vai além da vigilância e da integração e apresenta aspectos multidisciplinares. Para os responsáveis pelo projeto, entretanto, entre os maiores obstáculos ao seu desenvolvimento figura a crescente redução de recursos alocados. Concentra-se nesta questão, portanto, o empenho dos setores militares em revitalizá-lo. A perspectiva de um revigoramento do Calha Norte oferece ao setor militar a oportunidade de obter novos recursos no orçamento da União. Daí a necessidade premente de atrair a atenção para o seu alcance social e o compromisso que o Calha Norte assumiu em defesa do desenvolvimento sustentável — uma forma de legitimá-lo.

RICARDO ARNT

MARATONA INGLÓRIA

Raul Jungmann, presidente do Ibama, quer três anos de vantagem para vencer uma corrida contra o tempo. O governo brasileiro (mais por necessidade do que por opção) quer trocar o Estado-empresário pelo Estado-regulador, privatizando propriedades e serviços públicos para melhorá-los (e impedir que caiam de podres). Em crise de desmantelamento, o Estado está depauperado, fraco e vulnerável. Quando era Estado-regulamentador — sem recursos, orçamento e fiscalização? Uma nova onda de desenvolvimento liderada pela iniciativa privada (inaugurada com a privatização da Via Dutra e da ferrovia Bauru-Corumbá), vem aí. Muitos acham que o cenário não é animador e que o arraso ambiental pode ser maior.

Estado depauperado e desenvolvimento privado não pode ser uma má combinação?

Pode. Estamos correndo esse risco: se não conseguirmos por ordem na casa, teremos problemas. Precisamos desenvolver mecanismos de regulamentação na área ambiental. Trata-se de uma corrida contra o tempo: peço dois ou três anos. O Estado foi destruído. Tudo o que fazemos é correr para apagar incêndio. Tenho dificuldade para ter uma leitura da situação ambiental na principal agência ambiental brasileira.

Mas o Ibama pode ser uma agência reguladora e fiscalizadora?

Tem que ser. A sociedade precisa rever os mecanismos de financiamento para o ambiente. O Ibama tem um orçamento de R\$ 300 milhões (1995). Precisamos de 420. Tenho 6.500 funcionários, 1.200 para a fiscalização e 700 para cuidar de unidades de conservação. São 130 unidades e 34 milhões de hectares, 5% do território nacional, para tomar conta. Você acha que dá?

Se você ganhasse R\$ 120 milhões de uma varinha de condão, o que você faria?

Investia metade em fiscalização e em pessoal para as unidades de conservação.

O que vai acontecer com os programas ambientais das estatais privatizáveis, como Vale, Eletronorte, etc?

O Ibama tem de ser ouvido em todas as operações de privatização, desde a avaliação econômica da empresa. Especialmente em setores como o mineral e o elétrico. Temos que ter assento na Comissão de Privatização. Eu vou reivindicar isso com o presidente.

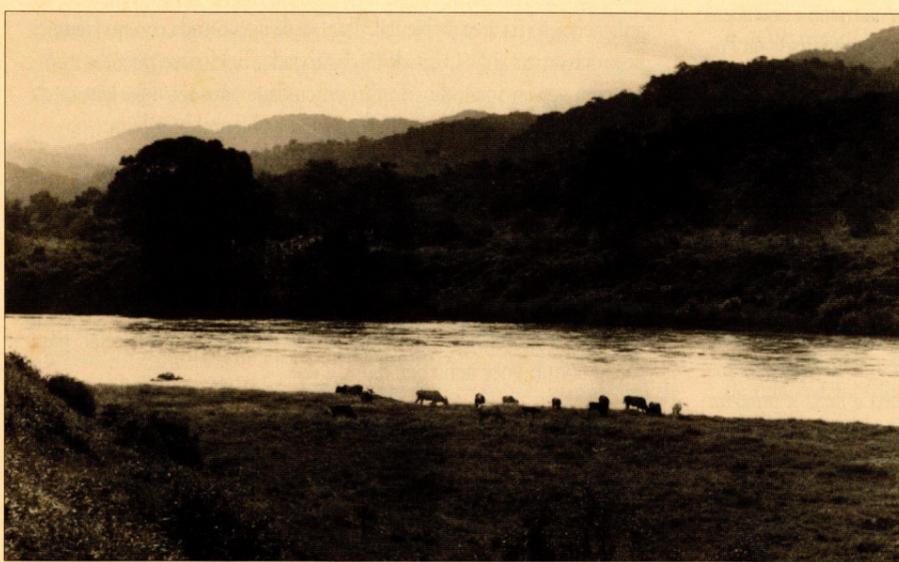
Você está orgulhoso do Protocolo Verde, que pretende condicionar o crédito dos bancos estatais a empreendimentos sustentáveis. Mas como é que um gerente do Banco do Brasil, em Espigão do Oeste, vai avaliar o impacto ambiental de um empréstimo agrário? Isto não é ficção?

O Protocolo Verde se apóia na criação de Unidades de Risco Ambiental nos bancos. Eles vão ter que se instrumentalizar. Só o Banco do Brasil tem 5 mil agências e 120 mil funcionários. É claro que a escala para converter esse plano em realidade no interior da Amazônia vai precisar de alguns anos. Mas o gerente de lá vai receber um manual. Nós vamos treinar centenas de gerentes e criar um Cadim (o Cadastro de Inadimplentes, da Receita Federal) ambiental. Primeiro temos de criar unidades ambientais nas diretorias dos bancos. Eles mexem com R\$ 22 bilhões por ano.

O Vale do Ribeira, com uma população de 250 mil habitantes, é uma das regiões mais pobres e menos desenvolvidas do Estado de São Paulo. É nesta região que estão os maiores remanescentes da Mata Atlântica e onde corre o último grande rio do Estado ainda não barrado para gerar energia elétrica.

Com a presença de pequenos lavradores, a maioria posseiros, o Vale do Ribeira concentra, hoje, mais de 100 conflitos de terra. Além da baixa fertilidade e acentuada declividade das terras, esses pequenos produtores não contam com a mínima infra-estrutura para escoar a produção. E é com promessas de "desenvolvimento" e "progresso" que a população está sendo convencida a aceitar os projetos de construção de quatro usinas hidrelétricas, que irão contribuir para acelerar o processo de degradação ambiental.

O rio Ribeira de Iguape, com 470 km de extensão, tem uma importância fundamental na formação do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia. Graças à ação de suas águas, que transportam areias e nutrientes minerais, esta região apresenta uma biodiversidade de extrema riqueza, mas também de grande fragilidade.



Rio Ribeira de Iguape: riqueza e fragilidade

Nesse sentido, a construção de barragens vai impedir que grande parte dos nutrientes que servem de alimento para a manjuba continue chegando aonde ela vive, ameaçando o sustento de mais de 3 mil famílias que hoje vivem da pesca no baixo rio Ribeira. Apesar desta verdade social, para a grande imprensa os movimentos ambientalistas parecem defender apenas a procriação de peixes, quando se opõem publicamente aos projetos hidrelétricos na região.

Alheios à argumentação socioambiental, prefeitos do Vale do Ribeira têm se reunido para manifestar apoio ao projeto de construção da primeira delas, na cabeceira do rio Ribeira de Iguape, numa área que abrange os Estados de São Paulo e Paraná. O empreendimento foi concebido pelo grupo Votorantim unicamente para gerar energia para a produção de alumínio primário em sua fábrica, a CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, localizada a 300 km de distância.

Mas a questão não é apenas ambiental. Ela envolve interesses explicitados pela ação do poder econômico, pelas incertezas com que se defrontam os movimentos populares organizados — como o dos atingidos pelas barragens — e pelo desconforto do atual secretário estadual do Meio Ambiente, Fábio Feldmann. Cabe lembrar que Feldmann, quando deputado federal, foi autor de um recurso à Procuradoria Geral da República que

embargou a hidrelétrica da CBA depois que a aprovação do Rima foi obtida em circunstâncias, no mínimo, anti-democráticas, se considerarmos a insuficiência de audiências públicas realizadas.

INDENIZAÇÃO IRRISÓRIA

Como acreditar em desenvolvimento com equidade social se, para dar lugar ao reservatório da barragem planejada, mais de 1.200 famílias foram pressionadas pela CBA a vender suas propriedades e transferir seus direitos sobre a terra, em troca de uma quantia de dinheiro que não permite a reconstrução de suas bases materiais e culturais em condições dignas. Para-elas, nenhum projeto de reassentamento está sendo feito, nem pela CBA, nem pelas prefeituras dos municípios envolvidos, cujas receitas não permitem reunir os recursos financeiros para efetuar o reassentamento da população.

Sem dúvida, a compensação financeira a que os municípios terão direito por terem suas terras invadidas pelas águas dos reservatórios é o principal motivo que tem levado prefeitos, vereadores e deputados da região a manifestarem apoio à hidrelétrica. Recurso "fácil" para aqueles que vislumbram a possibilidade de encher os cofres municipais sem a necessidade de "carimbar o dinheiro", para usar a expressão de quem se preocupa com o destino que é dado ao dinheiro público.

Outro motivo, não menos importante pela ilusão que ele cria, diz respeito à idéia da geração de empregos possibilitada pelas obras de construção da hidrelétrica. Que base produtiva estável pode ser obtida na região a partir desses empregos, todos eles temporários? Quantos novos empregos a CBA vai assegurar com a expansão da capacidade de produção de alumínio, objetivo principal para o projeto de construção da hidrelétrica? Pelo seu próprio perfil, caracterizado como uma atividade produtiva de grande consumo de energia e altamente automatizada, a produção de alumínio é o setor econômico que gera menos empregos por unidade de energia elétrica consumida. Para cada milhão de quilowatts-hora consumido, a indústria têxtil brasileira gera 70 empregos, contra menos de duas vagas criadas pela produção de alumínio.

Investimentos na autoprodução de energia devem ser estimulados, dirão aqueles preocupados com a atual incapacidade de investimento das empresas estaduais de eletricidade para expandir a capacidade de geração. Entretanto, se construída, a hidrelétrica da CBA poderia atender à necessidade anual de eletricidade de 360 mil famílias. Mas o mais grave é que o alumínio produzido no Brasil é exportado para o Japão, os Estados Unidos e a Europa. O Brasil produz hoje 1,2 milhão de toneladas de alumínio e exporta 70% a um preço irrisório, devido ao seu baixo valor agregado.

Para o Vale do Ribeira, a construção de usinas hidrelétricas não se constitui num vetor de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável. Tal desafio exige a articulação da política industrial às políticas energética e ambiental, disciplinando de forma eficiente e sustentável o desejável processo de desenvolvimento desta região. Caso contrário, corre-se o risco de que as ilusões desenvolvimentistas apenas contribuam para o aprofundamento do processo de exclusão social. 

Célio Bermann é professor do Programa de Pós-Graduação em Energia da USP

Metade do Estado pertence a particulares. Títulos de posse podem ser falsificados

Um relatório do Ministério Público Federal do Acre, elaborado a partir de dados fornecidos pela Superintendência Regional do Incra, revelou que o Estado detém atualmente uma das maiores concentrações fundiárias do Brasil. Mais de metade das terras do Acre — 8,5 milhões dos 15,2 milhões de hectares — está titulada em nome de particulares, em processos cuja legitimidade está sendo questionada pela procuradora-geral do Incra em Brasília, Othília Melo, e pelo procurador da República no Acre, Luís Francisco Fernandes de Souza.

No momento, dezenas de pedidos de indenização suspeitos estão sendo analisados pelo juiz federal Evandro Reimão dos Reis. São pedidos que foram feitos no âmbito das ações que o Ibama está movendo contra latifundiários cujas terras foram desapropriadas após a morte do líder sindical e ecologista Chico Mendes para implantação das reservas extrativistas do Alto Juruá e Chico Mendes e do Parque Nacional do Divisor, num total de mais

de três milhões de hectares. "Nós queremos que as áreas sejam todas discriminadas, porque o Acre é conhecido como o paraíso dos grileiros", afirmou o procurador Luís Francisco de Souza.

A procuradora Othília Melo, que há anos cancelou vários títulos frios no Estado, suspeita que os valores das indenizações tenham sido superfaturados. O Incra não dispõe de recursos para discriminar 38% das terras que podem estar nas mãos de grileiros. Apenas 18% delas sofreram ação discriminatória. A apatia do Incra e do Ibama abriu caminho para que os latifundiários, responsáveis por numerosos danos ambientais decorrentes da substituição da extração da borracha pela pecuária, reivindicassem valores indevidos, inclusive pela cobertura florestal das áreas. Segundo o Ministério Público Federal, há jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça que proíbe a indenização da cobertura florestal na região amazônica. Se for aplicada, reduzirá o valor das indenizações em 90%.

O Ministério Público entende que os juros compensatórios de 12% ao ano não podem ser cobrados na desapropriação de terras que já eram ocupadas por seringueiros, como é o caso das reservas extrativistas Chico Mendes e Alto Juruá. "Os latifundiários não podem receber indenizações por benfeitorias e juros compensatórios de terras que estavam em posse direta de seringueiros, muito menos se os seus títulos forem gelados", afirma o procurador Luís Francisco de Souza. Tais providências devem reduzir as indenizações a apenas 8% do valor que pedem os exlatifundiários. O Incra está propenso a ajuizar ações discriminatórias nos latifúndios com área superior a 10 mil hectares, para evitar que grileiros recebam com base em títulos falsificados.

DOTTO, LEAL & CIA.

No Acre, apenas dois latifundiários, Pedro Dotto e o ex-senador Altevir Leal, comunicaram a posse

de mais de 5 milhões de hectares, o equivalente a um terço do Estado. Funcionário aposentado da Receita Federal, Pedro Dotto afirmou que as ONGs estão querendo "torpedear" a Amazônia. "Minhas terras, eu comprei em 'hasta pública' (leilão) e, se houve erro, foi de quem vendeu o que não lhe pertencia", disse.

No começo da década de 70, era comum, na Amazônia, que grileiros obtivessem empréstimos subsidiados e os quitassem levando as terras a leilão. Outros grileiros se apossavam, em leilão, dessas mesmas terras por um valor baixo.

Pedro Dotto, que se declarou proprietário de 2,3 milhões de hectares, teve quase todas as suas propriedades arrecadadas pelo Incra e não pretende recorrer pelo dinheiro que gastou. Ele alega ter perdido mais de 20 anos para tomar posse de apenas três seringaiais com área total de 530 mil hectares. "Propus negociar 50% das minhas terras, mas a Justiça se mantém morosa, não resolve nada, veta qualquer investimento e ainda me impõe rótulos injustos", desabafou.

O plano de Dotto consistia em desenvolver no Vale do Rio Chandless um imenso polígono de terras tituladas pelo governo boliviano em 1899, o Projeto de Colonização São Paulo Amazônia (Coloama). Dotto e mais 178 acionistas entendiam que a privatização latifundiária não prescindia, necessariamente, de contratos formais de compra e venda.

O ministro do STF, Ilmar Galvão, acatou, em 1985, a ação discriminatória do Incra e as terras foram arrecadadas para a União, declarando nulos os títulos frios. O procurador da República no Acre está convencido de que, se forem deflagradas ações discriminatórias, muitos títulos poderão ser anulados nas reservas extrativistas. 

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA NO ACRE

| ESPECIFICAÇÃO | EXTENSÃO (em ha) | PERCENTUAL (%) |
|---------------------------|------------------|----------------|
| TERRITÓRIO | 15.248.900 | 100 |
| ÁREAS PÚBLICAS | 6.720.031 | 44 |
| ÁREAS INDÍGENAS | 1.725.424 | 11,3 |
| RESERVAS EXTRATIVISTAS | 1.482.756 | 9,7 |
| PARQUES AMBIENTAIS | 855.975 | 5,6 |
| PROJETOS DE COLONIZAÇÃO | 803.272 | 5,3 |
| PROJETOS EXTRATIVISTAS | 171.877 | 1,1 |
| PROJETOS DE ASSENTAMENTOS | 152.727 | 0,9 |
| ÁREAS SEM DESTINAÇÃO | 1.528.000 | 10 |

Fonte: Altino Machado

editora

Regina Scharf

editora assistente

Marleine Cohen

editoração eletrônica

Azeviche Comunicação Visual

projeto gráfico

Maria Helena Pereira da Silva

mapasLaboratório de Informações
Cartográficas e Sensoriamento
Remoto/Instituto Socioambiental**fotolito/gráfica**

Ponto Fotolito Gráfica Editora

O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor

Carlos Frederico Marés de Souza Filho
(presidente)
Juliana Santilli (vice-presidente)
Eduardo Viveiros de Castro
Enrique Svirsky
Neide Esterici

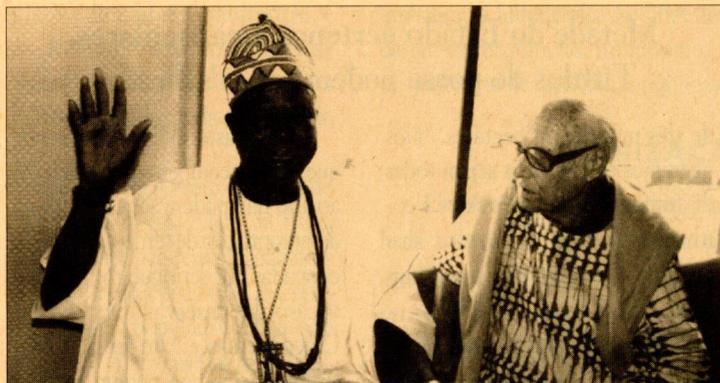
Secretários-Executivos

Carlos Alberto Ricardo
João Paulo Capobianco

**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**

Av. Higienópolis, 901
01238-001 - São Paulo - SP
tel: 55 11 825.5544
fax: 55 11 825-7861

internet: socioamb@ax.apc.org
SHIS, QI 11, bl. K, 65
71625-500 Brasília - DF
tel: 55 61 248-2439
fax: 55 61 248-6420

PIERRE VERGER 1902-1996**MANUELA CARNEIRO DA CUNHA**

Pierre Verger com Abe Tutu, rei nagô

Conheci-o pelos idos de 1966, em casa de seu editor, Paul Hartmann. Hartmann tinha grande estima por Verger e havia publicado o que provavelmente foi seu primeiro livro de fotos, "Dieux d'Afrique". Eram fotografias da Bahia e do que hoje se chama de Nigéria e de República Popular do Benim. De certa forma, era em poucas palavras e muitas imagens, o resumo de sua grande contribuição aos estudos da diáspora negra: os caminhos e as influências da África Ocidental na Bahia. Por essa época, ele estava compilando o material do que viria a ser "Fluxo e Refluxo do Tráfego de Escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos do século XVII ao XIX." O livro saiu em 1968, com 720 páginas, tamanho proporcional ao título, e é uma mina de informações.

Verger era um anacoreta e, portanto, um homem livre. Na Bahia, vivia em uma casa de três cômodos no alto de uma escadaria: quando estava em casa, enrolava-se em um pano à moda africana. Poucos móveis, carro nenhum. Uma vez soube que ele tinha nascido em uma família rica, burguesa, que tinha tido uma *jeunesse dorée* e tinha feito parte dos seletos círculos literários de Paris. Um belo dia foi-se da Europa. Começou a correr o mundo e a fotografar. A fototeca do Museu do Homem em Paris tem fotos suas dos quatro cantos do globo. Tinha um estilo que lembrava um pouco Cartier-Bresson, mas mais atento a rostos. Era um grande retratista, a seu modo.

Quando se abalou de Paris, alguns amigos, Théodore Monod entre outros, o ajudaram: fez um livro de fotos sobre o Haiti com Métraux. Viajou também com Métraux para os Andes, mas sempre achou os índios tristes e os Andes melancólicos. Foi quando aportou na Bahia. Contou-me de seu primeiro contato

com o candomblé. Foi no terreno do Gantois. No meio da cerimônia, com os cavalos de santo já em transe, teve um ataque de riso que escondeu fugindo pelas escadaria abaixo. Achou que não voltaria nunca. Mas tornou-se um amigo fiel e reverente de Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora, do Ilê Opô Afonjá. E tornou-se babalaô, adivinho, sacerdote de Ifá, sob o nome de Fatumbi. Muitos de seus trabalhos e cartas são assinados: Pierre Fatumbi Verger. Disse-me um dia que nunca havia entrado em transe. Mas o babalaô não carece de transe. Tornou-se, isso sim, como adivinho, um pesquisador das tradições africanas que ia ensinando aos terreiros tradicionalistas da Bahia. Ensinar a ortodoxia a um grupo de culto é altamente heterodoxo para um antropólogo: mas Verger nunca deu a menor atenção à academia. Foi sempre deliberadamente um etnógrafo e tinha aversão a qualquer teorização explícita e a quem a praticasse.

Verger viajava constantemente entre a Bahia e a África Ocidental. Fazia em geral uma viagem triangular e passava uns tempos em Paris. Ficava num hotel da Place Dauphine. Foi lá que ele jogou os búzios para nós: eu era de Oxalufan e o Marianno de Xangô.

Quando estávamos na Nigéria, em 1975, conseguimos para ele um convite para a Universidade de Ifé. Foi nessa época que ele fotografou as casas "brasileiras" para o livro que Marianno estava preparando sobre a arquitetura brasileira na África Ocidental. Fizemos muitos passeios juntos. Em Ifon, lembro-me que fomos juntos visitar o rei. Fomos anunciados pelos tambores falantes e recebidos por um rei protestante, obrigado por deveres de ofício a sacrificar aos orixás, mas muito surpreso quando Verger lhe comunicou que ele tinha súditos do outro lado do Atlântico

e que eu, em particular, era filha de Oxalufan, o orixá da cidade. O paxorô, insígnia de Oxalufan e portanto do rei, havia sido perdido por alguma razão muitos anos antes. Marianno e Verger acabaram mais tarde providenciando na Bahia um paxorô novo para o rei nigeriano. Foi nesse estágio na Universidade de Ifé que Verger começou o seu trabalho derradeiro, o das plantas medicinais e rituais entre os iorubá. É mais uma de suas pesquisas enciclopédicas, daquelas que só ele faria e que serão uma referência fundamental. O período na Nigéria dessa vez terminou de modo trágico. Quando já estava no aeroporto de Lagos, foi preso sob acusação de ter levado uma cabeça de bronze de Ifé, do século XI, e de tê-la vendido a seu amigo Carybé. Essa cabeça seria um bronze que Frobenius havia escavado e levado para a Alemanha no início do século. Uma cabeça semelhante existe no Museu Britânico, que vende réplicas dela na sua loja. A cabeça que Carybé tinha seria uma dessas réplicas. Seja como for, jogaram o velho Verger numa prisão em Lagos. Até que o cônsul francês o conseguisse tirar de lá, já se tinha passado uma semana. Verger ficou muito perturbado com essa história que atribuiu à malícia e ao ciúme de colegas da Universidade de Ifé, inclusive o prêmio Nobel de Literatura, Wole Soyinka. Nunca mais voltou à Nigéria.

Manuela Carneiro da Cunha é professora de Antropologia da Universidade de Chicago.

AGENDA

- 1º Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais e 8º Simpósio Nacional sobre Cerrados Brasília, DF. De 24 a 29/3.
- Encontro Internacional "As Línguas Indígenas da Amazônia na Ciência e nas Sociedades" Belém, PA. De 26 a 29/3
- 20ª Reunião Brasileira de Antropologia, 1ª Conferência sobre Relações Étnicas e Raciais na América Latina e Caribe Salvador, BA. De 14 a 18/4
- Seminário Internacional sobre Direito e Florestas Tropicais Equador, Quito. De 14 a 20/4 Promovido pelo Instituto Ecuatoriano Florestal e de Areas Naturales y Vida Silvestre (Inefan).